

CERQUEIRA, Dionísio

* militar; const. 1891; dep. fed. BA 1891-1896; min. Rel. Ext. 1896-1898; min. Guerra 1896-1897; min. Ind. Viação e Obras Públ. 1897; dep. fed. BA 1899-1903.

Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira nasceu na vila de Currálinho, atual município de Castro Alves (BA), no dia 2 de abril de 1847, filho de Antônio Cerqueira Pinto e de Ana Fausta dos Santos Castro. Seu pai, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, fez especialização na Europa e foi professor catedrático da mesma faculdade. Teve papel destacado no combate à epidemia de cólera que assolou a Bahia, atuando na ilha de Itaparica e na vila de Currálinho em 1855. Escreveu uma *Memória histórica sobre a Faculdade de Medicina da Bahia relativa ao ano de 1864*.

Entre os membros de sua família que se destacaram estão seu avô paterno, coronel Antônio de Cerqueira Pinto; veterano das lutas pela Independência, foi um dos signatários da ata de formação do Conselho do Governo, em 21 de agosto de 1822. Seu tio-avô materno, major Silva Castro, também lutou nas batalhas pela Independência, e em função de sua destacada participação teve seu nome incluído entre os que figuram no Monumento ao 2 de Julho, em Salvador. Seu irmão Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira, médico, foi senador estadual na Bahia de 1919 a 1920 e de 1925 a 1926. Seu outro irmão, João Evangelista de Castro Cerqueira, foi professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia. O poeta Castro Alves era seu primo em terceiro grau, filho de Clélia Basília, prima de sua mãe.

Após as primeiras letras, fez o curso de humanidades no antigo Colégio 2 de Julho em Salvador. Seguiu depois para o Rio de Janeiro, então capital do Império, a fim de ingressar na Escola Central e cursar engenharia. Estava já no segundo ano do curso quando teve início a Guerra do Paraguai (1864-1870). Seguindo o exemplo de antepassados, alistou-se como voluntário em 1865, aos 17 anos, e a 5 de fevereiro seguiu para juntar-se às forças que combatiam em Montevidéu. Teve parte destacada em todas as grandes batalhas então travadas. Por sua participação na Jornada do Estabelecimento, foi feito cavaleiro da

Ordem da Rosa. Na batalha do Chaco, “por denodo e bravura”, foi citado pelo imperador. Em Angostura, foi louvado por “excessiva coragem”. Na batalha de Lomas Valentinas, onde foi ferido gravemente, conquistou a medalha do Mérito Militar. Pela parte que tomou nos combates de maio de 1868 e nos das Cordilheiras, foi elevado a oficial da Ordem da Rosa. Por conta de atos de heroísmo e bravura nos combates de Sapucaí e Peribebeuí, em 1869, e Campo Grande, em 1870, foi elogiado pelo chefe do Exército, o conde D’Eu, por “haver concorrido com os triunfos alcançados em prol da honra e da segurança do Brasil”. Foi então promovido a primeiro-tenente por atos de bravura.

De volta ao Rio de Janeiro desde o fim da guerra, matriculou-se na Escola Militar. Foi promovido a capitão em 1872 e conquistou, em 1874, os títulos de engenheiro militar e civil e bacharel em ciências e matemáticas. Aliando a experiência adquirida no campo de batalha aos conhecimentos científicos, passou a ser nomeado para importantes comissões em diferentes ramos de atividades, tais como as obras de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, comandadas pelo marechal Silva Jardim, e a construção do reservatório de Pedregulho. Tais obras foram realizadas entre 1877 e 1882, e seriam inauguradas pelo imperador dom Pedro II em 1883. Em 1879, foi nomeado para a Comissão de Limites entre o Brasil e a Venezuela, chefiada pelo tenente-coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, futuro barão de Parima. Os trabalhos se estenderam de 1879 a 1885, e da exploração que empreendeu resultou amplo relatório que foi apresentado ao Ministério das Relações Exteriores e serviu de base para a resolução definitiva da questão fronteiriça. O relatório contribuiu também para o conhecimento da existência de tribos indígenas até então ignoradas e para a retificação de dados equivocados sobre a geografia da região amazônica. Promovido a major em 1880 e a tenente-coronel em 1884, em 1886 foi nomeado para integrar a comissão brasileira, presidida por Guilherme Schüch de Capanema, barão de Capanema, que, ao lado de uma comissão da Argentina, foi encarregada de solucionar em definitivo a questão de limites entre o Brasil e aquele país. Percorreu e estudou a região de 1886 a 1889, buscando localizar todos os marcos estabelecidos por portugueses e espanhóis no século XVIII, o que efetivamente conseguiu, desagradando com isso ao governo

argentino. Resultou daí a assinatura de um tratado, em 7 de setembro de 1889, que previa o arbitramento da questão pelo presidente dos Estados Unidos, o qual deveria julgar, com base na documentação apresentada por ambas as partes, a quem efetivamente pertenceria a região em disputa, sendo vedada a possibilidade de divisão da área em litígio.

Proclamada a República, retornou ao Rio de Janeiro e em janeiro de 1890 foi nomeado pelo chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, para acompanhar Quintino Bocaiúva, então ministro das Relações Exteriores, a Montevideú, na condição de consultor técnico para solucionar em definitivo a querela dos limites. No afã de solucionar a questão de forma amistosa e firmar uma imagem positiva do governo provisório, em 25 de janeiro de 1890 Quintino Bocaiúva assinou com o ministro do Exterior da Argentina, Estanislau Zebalos, um acordo que dividia a região em litígio em partes iguais entre as duas nações, o que atendia aos interesses da Argentina. Contra a decisão insurgiu-se Dionísio Cerqueira, por absoluta convicção dos direitos do Brasil sobre toda a área em disputa.

Em agosto de 1890, após ser promovido a coronel, foi nomeado comandante da Escola Militar de Porto Alegre, com a missão de serenar os ânimos dos alunos que se encontravam exaltados com os acontecimentos políticos, tarefa na qual já haviam falhado outros oficiais de patente superior. Apelando para o espírito patriótico e a disciplina militar dos alunos, conseguiu obter sua confiança.

CONSTITUINTE DE 1891

Quando das eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Nacional Constituinte, logrou conquistar uma cadeira, tendo sido indicado candidato pelo Clube Militar da Bahia. Empossado em 15 de novembro, teve uma participação discreta, embora efetiva, nos trabalhos constituintes. Congratulou-se com o governo provisório, por este haver mandado eliminar dos arquivos públicos os documentos relativos à escravidão no Brasil, e foi o autor da emenda que propunha que o nome de Benjamin Constant fosse inscrito perpetuamente no *Almanaque do Ministério da Guerra* entre os dos generais de brigada, para com isso indicar que sua vaga, moralmente, jamais seria preenchida.

Posicionou-se a favor da emenda que determinava que a União assumisse as dívidas contraídas pelos estados até 15 de novembro de 1890, e votou contra a acumulação de funções remuneradas. Quando foi tratada a questão da organização das forças armadas, votou a favor da Emenda Retumba, colocando-se contra o recrutamento compulsório, a isenção pecuniária e as substituições individuais, e apoiando o sorteio após prévio alistamento, bem como a criação do Supremo Tribunal Militar.

No tocante à organização eleitoral, votou a favor da proposta de Nilo Peçanha, que incompatibilizava para o cargo de governadores efetivos dos estados aqueles que houvessem sido nomeados para essa função pelo governo provisório, que estivessem no cargo no momento do pleito, ou que houvessem exercido o governo local até quatro meses antes. Defendeu que fossem considerados eleitores todos os cidadãos que estivessem na posse de seus direitos civis, e que todos os alistáveis fossem também elegíveis. Defendeu ainda que o direito ao voto fosse garantido a todos os estudantes dos cursos superiores maiores de 18 anos de idade.

Votou a favor da emenda de organização judiciária proposta por seu colega de bancada Anfilóbio de Carvalho, e também apoiou a Emenda Custódio de Melo, que estabelecia que os cargos diplomáticos e os comandos militares, em caso de guerra, ou naqueles em que se achasse em perigo a honra e a integridade da União, pudessem ser ocupados por senadores e deputados, que poderiam ser nomeados independentemente de licença prévia das respectivas casas legislativas. Assinou a moção de Quintino Bocaiúva, remetida à mesa diretora no dia da eleição de Deodoro, que apresentava Benjamin Constant como um modelo a ser seguido pelos presidentes da República.

Ainda como constituinte, foi relator da comissão especial encarregada de examinar o Tratado de Montevideu. Seu parecer rejeitando o tratado foi aprovado por quase unanimidade.

Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, e iniciada em junho a legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Quando, em 3 de novembro seguinte, o marechal Deodoro da Fonseca deu o golpe de Estado em que

dissolveu o Congresso Nacional, protestou contra tal ato e, embora estivesse prestes a ser promovido a general, pediu sua passagem para a reserva. O marechal Deodoro, ignorando seu protesto, nomeou-o quartel-mestre general do Exército, cargo de alta confiança, ao que respondeu com o pedido de reforma. Tendo seu pedido atendido por decerto de 12 do mesmo mês, deixou o serviço ativo do Exército no posto de general de brigada. Pouco depois, em 23 de novembro, o marechal Deodoro seria levado a renunciar. Substitui-o o vice-presidente Floriano Peixoto.

Em 1892, Floriano Peixoto enviou à Câmara um pedido de licença para nomear o general Dionísio Cerqueira enviado extraordinário em missão diplomática aos Estados Unidos para, mais uma vez, tratar da questão dos limites e defender os interesses do Brasil sobre o território da Missões. Chefiava a missão o barão de Aguiar de Andrada, Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, que veio a falecer em 28 de março de 1892 e foi substituído pelo barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior. Baseado na farta e sólida documentação recolhida por Dionísio Cerqueira nos arquivos de Madri, na Espanha, o barão do Rio Branco pôde redigir contundente exposição ao árbitro da questão, o presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland. Este, frente à irrefutabilidade das provas apresentadas, decidiu-se a favor do Brasil.

MINISTRO E DEPUTADO

Dionísio Cerqueira foi reeleito para a Câmara dos Deputados na legislatura 1894-1896, mas renunciou ao mandato em 1º de setembro de 1896, por ter sido nomeado pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898) para o Ministério das Relações Exteriores em substituição a Carlos Augusto de Carvalho, que havia pedido demissão. Também foi, interinamente, ministro da Guerra (11/1896 a 1/1897), e depois ministro da Indústria Viação e Obras Públicas (1/10 a 13/11/1897).

Na pasta das Relações Exteriores, coube-lhe assinar o Tratado de 10 de abril de 1897, pelo qual Brasil e França se comprometeram a submeter à arbitragem do governo da Confederação Suíça a contenda sobre os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa, que

vinha se desenrolando desde 1713. Após várias negociações para o estabelecimento dos poderes do árbitro, Dionísio Cerqueira conseguiu, contrariando as intenções do ministro da França, Stephan Pichon, que a competência da arbitragem seria apenas a de decidir qual era o rio Japoc ou Vicente Pinsão, e fixar o limite interior do território. Com essa delimitação de poderes do árbitro, conseguiu garantir para o Brasil a vitória final no pleito. Ainda durante sua gestão no ministério assinou, a 6 de outubro de 1898, o tratado que consagrou a fronteira entre Brasil e Argentina que fora estabelecida pela decisão arbitral o presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland. Com a mudança de governo em 15 de novembro de 1898, deixou o ministério.

Com a renúncia do deputado Artur César Rios em 27 de fevereiro de 1899, foi eleito para a vaga deste em 23 de abril, sendo sua eleição reconhecida em sessão de 14 de agosto do mesmo ano. Encerrada a legislatura em 31 de dezembro de 1899, seria reeleito para a seguinte, de 1900 a 1902. Nessa terceira passagem pela Câmara, sua ação mais marcante foi quando do surgimento do caso envolvendo os limites do Acre e a disputa entre Brasil e Bolívia. Tais limites haviam sido estabelecidos, de forma clara e inequívoca, pelo Tratado de 27 de março de 1867. Ocorre que, por descuido do governo da Bolívia, a região foi sendo paulatinamente ocupada por brasileiros que julgavam ser aquelas terras pertencentes ao Brasil, o que só veio a ser desmentido quando o governo boliviano passou a se fazer presente, despertando com isso a reação dos brasileiros que ali viviam e achavam se tratar de uma invasão do território brasileiro por parte do país vizinho. Somou-se a essa impressão errada dos colonos brasileiros a publicação de artigos na imprensa brasileira, difundindo opiniões equivocadas e mal embasadas, que geraram na opinião pública uma indisposição contra os governos da Bolívia e do Brasil, este acusado de não defender a soberania nacional.

Dionísio Cerqueira, julgando ser seu dever restituir a verdade dos fatos, ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados no dia 19 de setembro de 1900 e afirmou: “Devo declarar que venho aqui cumprir um dever que me impõe a lealdade, a solidariedade política e o amor à reputação de dignidade, de sinceridade, e de honra conquistada pelo Brasil à custa de tantos

sacrifícios. Venho, senhor presidente, defender o governo brasileiro e não somente o atual, que tanto merece da nação por seus assinalados serviços. Venho também defender o governo de que tive a honra de fazer parte; venho defender ainda os homens de estado do Império, que de 1867 a 1889 souberam manter o prestígio do meu país com tanta glória. (...) Que querem nesse momento nossos compatriotas que agitam a opinião, quando dizem que o governo não zela os interesses da pátria? Querem que o Brasil viole a fé dos tratados, que não cumpra a sua palavra, que se desonre! Três âncoras deixou Deus ao homem, conceituou Lieber, que cito em tradução de Rui: três âncoras deixou Deus ao homem: o amor da pátria, o amor da liberdade, o amor da verdade. Damos a vida pela pátria; deixamos a pátria pela liberdade; mas a pátria e liberdade renunciamos pela verdade. Porque este é o mais santo de todos os amores.”

Em 1901, Dionísio Cerqueira foi convidado para chefiar a Comissão Brasileira encarregada da demarcação da fronteira que fora estabelecida pelo Tratado de 1899, assinado por ele próprio enquanto ministro das Relações Exteriores, e que resultara do demorado processo de negociação no qual havia desempenhado tão decisivo papel. Iniciados os trabalhos de demarcação, inaugurou, a 26 de setembro de 1902, o principal marco na foz do rio Peperiguaçu e deu por concluída a missão em 1905. No dia 4 de julho de 1903, por decisão unânime de sua Câmara Municipal, a vila de Peperi-guaçu passou a se chamar Dionísio Cerqueira, em reconhecimento pelos trabalhos do general na resolução do conflito sobre a delimitação da fronteira entre Brasil e Argentina.

Em 1908, por ato do Congresso Nacional, Dionísio Cerqueira retornou ao serviço ativo do Exército e foi nomeado subchefe do Estado-Maior. Em 1909, foi nomeado pelo governo da União para dirigir uma comissão militar, razão pela qual viajou para a França em dezembro daquele ano. Faleceu em Paris em 16 de fevereiro de 1910, no desempenho de sua missão.

Foi comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro e oficial da Ordem da Rosa, detentor das medalhas do Mérito Militar, da Guerra do Paraguai e do busto de Bolívar. Foi sócio honorário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Casou-se com Ana Torres de Cerqueira, com quem teve quatro filhos. O único filho

homem, Antônio Dionísio de Castro Cerqueira, foi deputado federal pelo Distrito Federal (1912-1914).

Escreveu *Reminiscências da Guerra do Paraguai e Reminiscências da fronteira*, obra póstuma.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); AMARAL, B. *Elogio* (p. 130-135); BLAKE, A. *Diccionario* (v.1); BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); CALMON, P. *História* (p. 2056/2057); CERQUEIRA, P. *General* (p. 30-63); *Gazeta do Povo, Diário da Bahia, Diário de Notícias* (17,18/2/1910). Falecimento do general Dionísio Cerqueira; PRAZERES, O. *Bahia*; PRES. REP. *Governos* (p.27,28,40); SOUZA, A. *Baianos* (p.171-172).